



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SEMARH

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS

SUS - QD 2 - BL 1 - TÉRREO - Ed. Lino Martins Pinto - BRASÍLIA/DF CEP: 70.070-120 - CGC Nº 26.444.039/0001-62

LICENÇA DE OPERAÇÃO



N.º 120 / 2006.
3ª VIA (ARQUIVO)

1 – DA LICENÇA:

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, inciso III, § 3º, da Lei n.º 041 de 13 de setembro de 1989 e tendo em vista o que consta do artigo 48, inciso XXII, do Decreto nº 26.818, de 18 de maio de 2006, expede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO**, autorizando a operação da **AVICULTURA – CRIAÇÃO DE FRANGO DE CORTE**, requerida por **MARIA IZABEL DOS SANTOS LIMA AZEVEDO**, C.P.F. , objeto do **Processo n.º 190.000.319/2006**.

2 – DA LOCALIZAÇÃO:

A AVICULTURA – CRIAÇÃO DE FRANGO DE CORTE está licenciada para a **FAZENDA CACHOEIRA, ROD. PLANALTINA/TAQUARA, KM 10 À ESQUERDA – RA VI – PLANALTINA/DF**.

3 – DAS CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES:

1. Seguir as orientações contidas no Plano de Controle Ambiental – PCA, principalmente no que tange ao manejo de resíduos sólidos (construção de fossa da composteira) e efluentes líquidos;
2. Apresentar averbação da reserva legal, no prazo de 60 (sessenta) dias;
3. Requerer outorga pela perfuração do poço artesiano, junto à ADASA, no prazo de 30 (trinta) dias;
4. Arborizar os arredores do local do empreendimento com espécies arbóreas nativas do cerrado;
5. A queima de lixo a céu aberto é proibida, portanto deve-se dar uma destinação correta ao mesmo (ou a coleta e destinação em lugar que haja serviço da BELACAP ou a construção de um incinerador);
6. A água oriunda da lavagem dos galpões deve ser coletada e inserida na composteira;
7. Toda e qualquer alteração no empreendimento deverá ser solicitada/requerida à SEMARH;
8. Outras CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS e RESTRIÇÕES poderão ser estabelecidas por esta Secretaria a qualquer tempo.

4 – DAS OBSERVAÇÕES:

1. A SEMARH/DF, observando o disposto no artigo 19 da Resolução CONAMA n.º 237/97 poderá alterar, suspender ou cancelar a presente Licença de Operação;
2. Esta licença de Operação só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal e em periódico de grande circulação no Distrito Federal, devendo, essas publicações, serem efetivadas às expensas do interessado, conforme previsto na Lei nº 041/89, artigo 16, § 1º, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do Termo de Aceite e, após efetuadas as publicações, entregar páginas dos jornais a esta SEMARH em até 10 (dez) dias, sob pena de suspensão desta licença;
3. O requerimento de renovação desta Licença de Operação deverá ser protocolado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de sua vigência, sendo obrigatório observar as CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS e RESTRIÇÕES ora estabelecidas;
4. Qualquer alteração nos projetos previstos para o empreendimento, deverá ser precedida de anuência documentada da SEMARH/DF;
5. Deverá ser mantida uma via desta licença no local do empreendimento/atividade;
6. A SEMARH/DF deverá ser comunicada, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha a causar risco de dano ambiental.

5 – DA VALIDADE:

ESTA LICENÇA DE OPERAÇÃO TERÁ VALIDADE PELO PERÍODO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, OBSERVADOS OS REQUISITOS E CONDICIONANTES CONSTANTES NA MESMA E NO PROCESSO QUE LHE DEU ORIGEM, DO QUAL É PARTE INTEGRANTE.

Brasília, 08 de Junho de 2006.

Roberto Eduardo Giffoni
ROBERTO EDUARDO GIFFONI

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal

6 – TERMO DE ACEITE:

DECLARO ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM OS TERMOS DA PRESENTE LICENÇA DE OPERAÇÃO, A QUAL SUBSCREVO.

Brasília, 19 de Julho de 2006.

[Assinatura]
(ASSINATURA)

Maria Isabel dos Santos Lima Aguiar
(NOME POR EXTENSO)

 Confidencial

 Confidencial

(DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO)